

# **Aterro Metropolitano Centro: Interlocação Comunidade, Governo e Empresa.**

**Celina Maria Fernandes da Cunha Basto**

Doutoranda em Administração na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA),  
Professora e Consultora

## **SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO.
2. METODOLOGIA.
3. O ENREDO: CONTEXTUALIZAÇÃO EM DOIS MOMENTOS.
4. A REAÇÃO DO PÚBLICO: INTERLOCUÇÃO COMUNIDADE E GOVERNO.
5. A EMPRESA ENTRA EM CENA: INTERLOCUÇÃO COMUNIDADE, GOVERNO E EMPRESA.
6. A EMPRESA E A COMUNIDADE NA LUTA PELA DEFINIÇÃO DE PAPÉIS.
7. REVENDO O ENREDO.

## **RESUMO**

O objetivo do trabalho é discutir uma experiência de movimento social e suas conseqüências, que vão desde a construção da governança local até o questionamento da legitimidade da inserção de empresa privada que explora o serviço público de disposição de resíduos sólidos em uma certa comunidade. Reuniram-se elementos para refletir quanto ao seu papel na localização (decisão pública) e na operação (privada) de um aterro sanitário. A experiência é relatada sob o ponto de vista dos moradores em dois momentos: durante os estudos, para a implantação do Aterro Metropolitano de Salvador entre 1991 e 1996, e a partir de 2002, quando o Aterro Metropolitano Centro (AMC) já estava sendo operado por uma empresa privada e os impactos ambientais previstos já se tinham tornado evidentes e incômodos para a população, resultando, inclusive, em ação movida pelo Ministério Público contra a empresa. O artigo demonstra o crescente interesse de uma comunidade em questões públicas, a consolidação de ações reivindicativas através de associação formal e, ainda, levanta o debate sobre a interlocação entre sociedade civil, governo e empresa, indispensável para lidar com problemas sociais, e a interface entre interesses públicos e privados, ligados a questões ambientais e a qualidade de vida.

O trabalho busca incentivar a discussão sobre o problema, fora do seu local de origem, alimentando uma possível agenda para interlocação da comunidade com a empresa que opera o equipamento e conseqüente rebatimento na interlocação com o Governo.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Aterro sanitário, Aterro Metropolitano Centro (AMC), movimento social, governança local, interlocação, poderes locais, qualidade de vida.

*Os poderes locais estão entrelaçados em estratégias de desenvolvimento orientadas tanto por competição e conflitos de interesse quanto por princípios e práticas solidárias. Esses processos são vistos como fenômenos sociais que ensejam a emergência de desenhos organizativos complexos, formas de gestão associadas a uma pedagogia social, na qual se aprende, talvez, mais pelos erros que pelos acertos. Isso permite, ao menos residualmente, a acumulação de um capital cultural organizador de instituições.*(Tania Fischer, 2002:9)

## **1. INTRODUÇÃO**

O objetivo do trabalho é discutir uma experiência de movimento social e suas conseqüências, que vão desde a construção da governança local até o questionamento da legitimidade da inserção de empresa privada que explora o serviço público de disposição de resíduos sólidos em uma certa comunidade. Reuniram-se elementos para refletir quanto ao seu papel na localização (decisão pública) e na operação (privada) de um aterro sanitário.

A experiência é relatada sob o ponto de vista dos moradores em dois momentos: durante os estudos para a implantação do Aterro Metropolitano de Salvador entre 1991 e 1996, e a partir de 2002, quando o Aterro Metropolitano Centro (AMC) já estava sendo operado por uma empresa privada e os impactos ambientais previstos já se tinham tornado evidentes e incômodos para a população, resultando, inclusive, em ação movida pelo Ministério Público contra a empresa. O artigo demonstra o crescente interesse de uma comunidade em questões públicas, a consolidação de ações reivindicativas através de associação formal e, ainda, levanta o debate sobre a interlocução entre sociedade civil, governo e empresa, indispensável para lidar com problemas sociais, e a interface entre interesses públicos e privados, ligados a questões ambientais e à qualidade de vida.

Subsidiariamente, adota-se a metáfora da peça teatral cujo diretor – Governo – elege o ator principal – empresa - para uma peça cujo público – comunidade – entra em cena, buscando “roubar o espetáculo”.

Por fim, o trabalho foi elaborado com o intuito de incentivar a discussão sobre o problema, fora do seu local de origem, alimentando uma possível agenda para interlocução da comunidade com a empresa, que opera o equipamento, e conseqüente rebatimento na interlocução com o Governo.

## **2. METODOLOGIA -**

Para a realização deste artigo foi elaborada, inicialmente, a pesquisa dos documentos utilizados como fonte de informação para o grupo de moradores / proprietários, bem como

dos documentos emitidos pelo grupo ao longo do processo, tais como atas de reuniões, cartas e informativos. Dentre estes documentos<sup>1</sup>, destaca-se o relatório “Avaliação da Proposta de Instalação do Aterro Metropolitano Centro da Área IV – Norte”, elaborado em fevereiro de 1992 e revisado em abril e junho do mesmo ano e que subsidiou a carta encaminhada ao Governador em 19 de fevereiro de 1992, orientando a interlocução entre a comunidade e o Governo.

Foi elaborado, também, o levantamento de ações administrativas realizadas pelos moradores, especialmente da carta ao Governador, acompanhada de abaixo-assinado com 7.501 assinaturas, no seu original, e com a identificação de todos os assinantes.

Por fim, foram feitas entrevistas com moradores, técnicos, autoridades do governo, políticos e empresários no Estado da Bahia, visando a reconstituir parte da interlocução entre a associação dos moradores, o poder público e a empresa.

### **3. O ENREDO: CONTEXTUALIZAÇÃO EM DOIS MOMENTOS**

“Tudo começou com as entrevistas no local. Os caseiros começaram a reportar que haviam sido procurados por entrevistadores da universidade para responder a algumas perguntas. Daí surgiram vários boatos. O que estava realmente acontecendo? Finalmente a resposta: estudos em andamento para a implantação de um aterro sanitário. A reação *not in my backyard* (NIMBY) foi imediata”. Lembranças de uma moradora.

**1991/92** - O projeto do Aterro Metropolitano Centro (AMC) estava sendo elaborado para atender à demanda de três municípios – Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho - e substituir o “lixão” de Canabrava cuja capacidade já estava esgotada. A operação de Canabrava ensejou o surgimento de um cinturão de pobreza e o surgimento dos “badameiros” (catadores de lixo), ocupação que atraía, inclusive, crianças, criando sérios problemas sociais. Fazia-se urgente substituir o “lixão” por um novo equipamento, possivelmente um aterro, que atendesse a dois milhões e meio de pessoas em Salvador e a dois municípios adjacentes.

O “lixão” de Canabrava havia sido localizado na Estrada Velha do Aeroporto, aprazível área rural, ocupada predominantemente por chácaras, clubes e alguns galpões de empresas. A operação de Canabrava, aparentemente, desfigurou a zona rural, contribuindo para a desvalorização das chácaras, atraindo empresas de pequeno porte e ensejando o surgimento de invasões e outras ocupações irregulares. Em suma, Canabrava sinalizava o estrago que podia ser provocado pela “urbanização”, como ocupação espontânea decorrente da disposição final do lixo.

O projeto do AMC previa sua implantação às margens da ligação rodoviária CIA (Centro Industrial de Aratu) – Aeroporto, no município de Salvador, a 20 km da cidade, justamente onde haviam sido implantadas inúmeras chácaras, especialmente nas localidades conhecidas como Fazenda Carobeira e Chácaras Santo Antônio. O adensamento da ocupação naquelas localidades já havia justificado a implantação dos serviços de distribuição de energia elétrica e telefone. A Prefeitura Municipal do Salvador já tributava as propriedades com base no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em substituição ao Imposto Territorial Rural (ITR) do INCRA. Por conta da proximidade das cidades de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho, várias pessoas já residiam no local. Além disso, vale salientar que o local

---

<sup>1</sup> Os documentos encontram-se listados nas Fontes de Referência

apresentava as vantagens da área rural com a proximidade da praia, do vetor de expansão da Estrada do Coco, ao longo da costa atlântica, e dos acessos aos principais pólos industriais, representados pelo Centro Industrial de Aratu (CIA) e pelo Pólo Petroquímico de Camaçari (Pólo).

Entre os proprietários dessas chácaras e residentes, havia professores universitários, médicos, funcionários graduados do Governo, pesquisadores do Pólo, profissionais aposentados que se dedicavam ao paisagismo, estrangeiros e, enfim, pessoas com um bom nível de esclarecimento que, imediatamente, mobilizaram-se para estudar a ameaça representada pela possível implantação de um aterro no seu “quintal” (*backyard*). Os proprietários / residentes das chácaras na Fazenda Carobeira começaram a se reunir com os proprietários / residentes das Chácaras Santo Antônio para a troca de informações.

**2003** – O AMC está operando. O impacto ambiental mais evidente tem sido o mau cheiro decorrente da liberação de gases no processo de decomposição, cujo impacto é sentido desde o Aeroporto Internacional Deputado Luis Eduardo Magalhães até a cidade de Simões Filho, provocando desconforto para os proprietários / residentes das chácaras, incluindo náuseas, vômitos e inapetência. Em 18.9.1999, o Jornal A TARDE, principal meio de comunicação escrita do Estado, veiculava o problema nas palavras de um deputado:

*O chorume vai chegar à entrada do Aeroporto Internacional Luis Eduardo Magalhães e se transformará no primeiro cartão-postal de Salvador para os turistas nacionais e estrangeiros.*

Outro impacto é a presença de urubus: o AMC situa-se no cone de aproximação da principal pista do aeroporto, sendo os urubus afastados com foguetes (fogos de artifício). O projeto previa o tratamento do chorume no próprio local e está sendo transportado em caminhões-tanques para tratamento na CETREL – Central de Tratamento de Efluentes Líquidos, do Pólo. As Represas de Ipitanga deixaram de ser fiscalizadas pela EMBASA – Empresas Baiana de Água e Saneamento. A Represa de Ipitanga III tem trechos das margens ocupadas por invasões e parte do espelho d’água coberta por detritos em frente ao CEASA. A água da represa continua sendo utilizada para o abastecimento da cidade e o CEASA, também, está operando. Por fim, corre o boato da contaminação das águas.

Os proprietários / residentes formalizam a existência da Associação dos Moradores e Amigos da Represa de Ipitanga – AMAR Ipitanga. Em visita ao AMC, os representantes da AMAR Ipitanga ficaram favoravelmente impressionados com a limpeza do local e a qualidade do atendimento; as solicitações feitas à empresa, contudo, não foram atendidas. O Ministério Público de Simões Filho entrou com uma ação contra a empresa operadora do aterro.

#### **4. A REAÇÃO DO PÚBLICO: INTERLOCUÇÃO COMUNIDADE/GOVERNO**

O Decreto 9.018 de 21 de junho de 1991 da Prefeitura Municipal do Salvador declara, de utilidade pública, para fins de desapropriação e implantação do Aterro Municipal do Salvador, a área de 2.457.725 m<sup>2</sup>, devidamente caracterizada. Esse decreto passou despercebido pela comunidade em geral, inclusive por alguns proprietários, diretamente afetados pela desapropriação. A comunidade tomou conhecimento efetivo dos estudos para implantação do aterro a partir das entrevistas realizadas para o EIA / RIMA, que logo foram ratificados pelas publicações obrigatórias. As primeiras reações da comunidade se verificaram através de

reuniões em finais de semana, em chácaras, passando a contar com número cada vez mais significativo de participantes.

A análise das atas de reunião revela a preocupação dos moradores em levantar informações pertinentes sobre o projeto e em assumir a iniciativa de fomentar a interlocução com o Governo. As atas registram questões quanto à legalidade da implantação do equipamento naquele local, quanto aos impactos ambientais decorrentes da localização, quanto às possibilidades de sensibilizar o Governo e a opinião pública para a localização em estudo. Para as reuniões, foram convidados técnicos do Governo, parlamentares, jornalistas, fotógrafos e ambientalistas dentre outras pessoas. Em pouco tempo, verificou-se a necessidade de formalizar a atuação do grupo através de uma associação de moradores que, inicialmente, foi denominada Associação Comunitária dos Moradores do Parque Jardim Carobeira.

As tentativas de diálogo com o Governo mostraram-se infrutíferas. Os políticos e os técnicos mais influentes no Governo eram unânimes em declarar que os estudos se constituíam em mera formalidade, pois a localização estava definida, assim como os recursos internacionais assegurados para a implantação do equipamento e, em considerando o autoritarismo do Governo do Estado, ninguém ousaria discordar da decisão. Além disso, os técnicos do Governo e especialistas consultados, que se dispuseram a liberar informações, solicitavam que fosse mantido total sigilo sobre sua participação no processo, atitude que dificultava, sobremaneira, a fundamentação dos argumentos levados pelos proprietários / residentes ao Governo. A operação de coleta dos resíduos sólidos no município de Salvador estava sendo privatizada, e a empresa concessionária tinha ligações com o Governo. O grupo decidiu eleger, como estratégia, a sensibilização da opinião pública através de um abaixo assinado a ser encaminhado ao Governo do Estado.

Nesse sentido, a Associação de Moradores da Carobeira emitiu um informativo impresso com data de 20 a 26 de janeiro de 1992, esclarecendo a comunidade quanto ao aterro e convocando os proprietários e moradores para fortalecer o movimento contra a implantação do equipamento. Um parágrafo do informativo diz o seguinte:

*Embora a CONDER (órgão do Governo do Estado responsável pelo projeto) afirme que o novo aterro será implantando com a tecnologia mais moderna e assim 'não terá mau cheiro e nem sequer urubus', todo nós sabemos como são executados os projetos em nossa terra. É mais provável que nossa área venha a se tornar uma segunda Cana Brava e quem já foi lá pode saber o horror que é um enorme e terrível monturo de lixo exalando um permanente mau cheiro e empestado por doenças, onde sobrevivem milhares de 'catadores de lixo' e que naturalmente virão para o novo aterro, pois são pessoas que tiram daí o seu sustento e o de suas famílias.*

Verifica-se que um dos argumentos utilizados com maior frequência, nos documentos de então, era o da contaminação das águas. Primeiro, porque havia a "Proposta de Criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ipitanga II e III – 1991" para uma área de 1.766 há, elaborada pela EMBASA, coincidindo com o território previsto para a localização do aterro. Técnicos da EMBASA haviam comparecido às reuniões do grupo e, em conjunto com professores de Hidrologia da Universidade Federal da Bahia, denunciado as possibilidades de contaminação dos mananciais na região, podendo atingir, inclusive, o Rio Joanes e as praias do litoral Norte. Um lado do polígono definido para instalação do aterro situa-se a menos de 1 km da Represa de Ipitanga II, que abastece Salvador. Segundo, porque a definição do polígono também feria frontalmente a Resolução nº 004 do CONAMA, de 18 de setembro de

1985, caracterizando como reserva ecológica “as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer outro corpo d’água [...] ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios d’água”. Esse argumento sensibilizou o grupo de moradores / residentes a mudar a denominação inicial da entidade para Associação dos Moradores e Amigos do Parque de Ipitanga – AMAPI.

A divulgação do informativo chegou até Vilas do Atlântico, bairro residencial de classe média alta e Encontro da Águas, condomínio residencial de classe alta / média alta, ambos em Lauro de Freitas e vizinhos ao Rio Joanes. A associação local dos moradores, imediatamente, emitiu um informativo conjunto com a AMAPI e participou ativamente do processo de coleta de assinaturas para o abaixo-assinado dirigido ao Governo do Estado. Durante o processo de coleta de assinaturas, a imprensa noticiou, com frequência, o movimento que chegou a ser veiculado em noticiário de horário nobre pela Rede Globo. A reação de um dos técnicos do Governo: “Eles estão reclamando, porque vão perder as suas mansões”.

O abaixo-assinado foi concluído com 7.501 assinaturas e encaminhado ao Governador do Estado em 19 de fevereiro de 1992. A carta inicia-se com o seguinte parágrafo:

*Reconhecemos em V.Excia. o político moderno que domina a arte de auscultar os anseios da população, ao tempo em que dirige os destinos do nosso Estado com indiscutível competência, auxiliado por uma equipe lúcida de vanguarda que tem suas ações balizadas no planejamento criterioso, mostrando-se atenta às questões ambientais, tão aguçadas às vésperas da Conferência Rio-92”.*

O primeiro argumento utilizado na carta é o seguinte:

1. “A Constituição do Estado da Bahia, no seu Art. 226, inciso V, proíbe a instalação de um aterro sanitário ‘a menos de 5 km do perímetro urbano, núcleos residenciais, do mar, rios e seus afluentes”.

Os demais argumentos da carta foram a prévia seleção da área para uma APA e as possibilidades de contaminação do manancial hídrico, considerando a ausência de um divisor de águas subterrâneas, a Barragem de Ipitanga II e as características da geomorfologia na região. Além disso, é ressaltada a proximidade do aeroporto, a questão das invasões que já estavam acontecendo com a notícia da implantação do aterro e outras questões ambientais. Por fim, a carta enfatiza que a localização em estudo havia sido escolhida nos idos de 1984<sup>2</sup>, quando a região era, efetivamente, uma área rural, praticamente desabitada.

Nessa época, o movimento havia atraído tanto a atenção da imprensa como o interesse genuíno de pelo menos dois grupos ambientalistas que abraçaram a “causa”. Esperava-se que a opinião da comunidade abrisse a interlocução entre comunidade e Governo, mas isso não ocorreu. Confirmando que “a cultura política no Brasil sempre foi, antes autoritária do que democrática” (Bresser Pereira, 1998:34), o diretor da peça - Governo - mantinha-se firme com o enredo, sem atentar para a reação do público, apostando no ator principal.

## **5. A EMPRESA ENTRA EM CENA: INTERLOCUÇÃO COMUNIDADE, GOVERNO E EMPRESA.**

---

<sup>2</sup> Na realidade o estudo de “Caracterização das áreas pré-selecionadas para aterro sanitário Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas” havia sido realizado em 1980.

Na carta ao Governador, a comunidade reconhecia que não dispunha de todas as informações necessárias para contestar a localização do equipamento. Assim sendo, a comunidade conseguiu obter o volume 01 dos Estudos Preliminares, Etapa III – Projeto Executivo para conhecer o problema com maior profundidade. Esse volume traz o estudo preliminar de impacto ambiental, recomendando as respectivas medidas mitigadoras para cada impacto. O estudo esclarecia que as medidas eram apenas mitigadoras e que poderiam ser ineficazes, caso a operação do equipamento fosse inadequada.

Com o conhecimento de causa, representantes da comunidade começaram a freqüentar os seminários para a discussão do projeto, que, àquela altura, já contavam com a presença de representantes da empresa contratada para efetuar a coleta de resíduos sólidos. Esses representantes registravam que a empresa mantinha uma postura de mera concessionária a quem cabia tão somente evidenciar os problemas da disposição final do lixo em Canabrava e operar um futuro equipamento que lhe seria entregue. Um dos argumentos que a empresa usava, com maior freqüência, para defender a localização, era a economia no transporte dos resíduos. Em nenhum momento, a empresa demonstrou interesse pelas preocupações levantadas pela comunidade. A empresa sofria sérias pressões, operando um lixão cuja capacidade estava esgotada há bastante tempo. Será que a empresa poderia influir na localização do novo equipamento, caso o processo de implantação do aterro não estivesse atropelando o processo de planejamento da sua localização?

A comunidade nutria expectativas limitadas de dialogar com a empresa por dois motivos: primeiro, porque o processo de contratação da coleta era recente; segundo, porque a empresa concessionária tinha fortes ligações com o Governo do Estado. De qualquer forma, os depoimentos dos integrantes da comunidade revelam que houve tentativas de sensibilizar a empresa a escolher uma localização “longe do inimigo”. No caso, uma comunidade ativa em reclamar os seus direitos.

Por outro lado, a comunidade nutria expectativas de aprofundar o diálogo com técnicos do Governo e políticos, devido aos inúmeros simpatizantes da “causa”. Assim, reuniu um grupo de técnicos da comunidade para elaborar o relatório “Avaliação da Proposta de Instalação do Aterro Metropolitano Centro da Área IV – Norte”, acumulando subsídios para fortalecer o pedido de reconsideração da localização do aterro.

O relatório foi recebido nos altos escalões do Governo com uma questão contundente: “E que local alternativo vocês sugerem para a localização do aterro?”. Essa questão passou a ser repetida por vários representantes do Governo. Ficava cada vez mais claro que o processo de implantação do aterro estava atropelando o planejamento da sua localização. Até membros do CEPRAM reconheciam que os estudos de localização não haviam sido executados com a profundidade devida, mas, nem por isso, sentiam-se dispostos a votar contra sua implantação.

Ao longo da interlocução e dos debates, enquanto o público bradava, a empresa transmitiu a comunidade a imagem do ator coadjuvante tímido.

## **6. A EMPRESA E A COMUNIDADE NA LUTA PELA DEFINIÇÃO DE PAPÉIS**

O aterro foi implantado em 1996, com financiamento de organismos internacionais. Estudos indicavam uma vida útil de 13 a 16 anos. Inicialmente, o próprio Governo do Estado operou o aterro; logo em seguida, passou a operação para a empresa. Observados os primeiros

impactos, a comunidade começou a reclamar e a observar deficiências de operação<sup>3</sup> – recobrimento diário - que foram inclusive reconhecidas por técnicos da empresa. A gravidade da situação fez com que o CREA e entidades ambientais promovessem um encontro para debater a qualidade da operação, convidando a comunidade a participar. Os técnicos da empresa, na presença da diretoria, recusaram-se a confirmar, em público, as deficiências de operação que haviam sido reconhecidas perante a comunidade.

Considerando a continuidade do Governo, todos os depoimentos obtidos em entrevistas tiveram caráter informal. Um dos autores do projeto declara que a implantação do AMC não foi feita de acordo com o projeto. Um dos autores dos estudos de impacto ambiental sugere que a comunidade exija tais e tais medidas mitigadoras da empresa. Um ex-integrante do CEPRAM afirma que a poluição atmosférica não é aceitável. Representantes da aeronáutica preocupam-se com a presença constante de urubus no cone de aproximação do aeroporto.

A empresa operadora, que contratou vários técnicos oriundos dos quadros governamentais, declara ter, como princípio, a prevenção; mas não pode evitar os impactos ambientais previstos e outros imprevistos. A empresa declara admitir a vida útil do aterro em 20 anos. Os impactos ambientais constituem a ameaça que une os moradores /proprietários de chácaras na comunidade e determina a formalização de uma associação de moradores e amigos da Represa, uma reserva de água que já está comprometida pela presença de invasões, pela presença indevida de marginais que passaram a atuar na região, entre outros problemas. A interlocução entre os atores da empresa e da comunidade revela as dificuldades de atuação em uma localização imposta. Por outro lado, as ameaças, constituídas pela poluição atmosférica, invasões, segurança de vôos e possível contaminação do lençol freático, alertam parte da população para a oportunidade de participar dos destinos da comunidade, adotando o lema de “transformar o limão em limonada”. Quem deve responder às medidas compensatórias requisitadas pela comunidade: Governo ou empresa operadora?

## 7. REVENDO O ENREDO

*[...] reconhecer a complexidade dos problemas não é render-se às complicações que a vida nos coloca, e instalar-se num relativismo paralisante ou cínico (Villasante, 2002:137)*

O caso demonstra o entrelaçamento de poderes em estratégias de desenvolvimento, orientadas por conflito de interesses públicos versus privados, por princípios políticos, técnicos, éticos e por práticas autoritárias versus democráticas. Trata-se de um fenômeno social que enseja “a emergência de desenhos organizativos complexos” (Fischer, 2002:9) e que se torna cada vez mais freqüente. Se a intervenção da comunidade implica uma maior complexidade na atuação do Governo e da empresa, por outro lado, também, contribui para o surgimento de “formas de gestão, associadas a uma pedagogia social” (Fischer, 2002:9) e para a “acumulação de um capital cultural, organizador de instituições” (Fischer, 2002:9).

Essa complexidade enseja, igualmente, estudos tanto na esfera do Governo, como da empresa e dos movimentos sociais. Bresser Pereira (1998:7) propõe a reforma do aparelho do Estado, admitindo que o Estado social-liberal continua responsável pela proteção dos direitos sociais, mas deixa, gradualmente, de exercer, de forma direta, as funções de educação, saúde e

---

<sup>3</sup> A maior deficiência apontada era a dificuldade em realizar o recobrimento diário, especialmente em dias de chuva.



assistência social para contratar organizações públicas não-estatais para realizá-las. Entre essas, cita a organização não-governamental - ONG que ele considera sinônimo de organização pública não estatal – OPNE- (1998:36). O autor admite, entre os quatro setores dentro do Estado: a) os serviços não-exclusivos ou competitivos e b) a produção de bens e serviços para o mercado (1998:21).

Considerando a reforma gerencial como um processo em andamento no Brasil (Bresser Pereira, 1998:35) e o caso do AMC, pergunta-se: em que setor, dentro do Estado, a função de proteção ao meio ambiente pode ser enquadrada? Uma associação de moradores pode exercer o monitoramento de impactos ambientais provocados por um aterro sanitário?

Estudando as distorções da atual estrutura de governo, Bresser Pereira (1998:17) aponta a incomunicabilidade entre o mercado público e privado de trabalho. Ocorre que, em serviços especializados, como é o caso da coleta e disposição final do lixo, a empresa forma suas equipes principalmente a partir dos quadros oriundos do serviço público. Em que medida a migração de profissionais do serviço público para a empresa concorre para os novos desenhos organizacionais?

Fadullembra que “[...] a criação dos **serviços públicos**, como hoje são conhecidos, é classicamente associada à existência de certas necessidades sociais objetivas e justificadas pela suposição ideológica da existência de uma missão de **interesse coletivo**” (1999:71). A autora questiona se o conceito serviço público está em extinção, considerando que a concepção do Estado mínimo pode privilegiar uma lógica que responda muito mais aos interesses econômicos em detrimento dos interesses sociais (1999:73). O caso trata da localização de um serviço público, ferindo interesses de determinada coletividade. É possível que essa localização tenha sido privilegiada por interesses econômicos?

O caso revela um hiato entre o estudo inicial de localização (1980) e a implantação efetiva (1996) que ocorreu, quando a capacidade do equipamento, usado anteriormente, já se encontrava completamente esgotada. Considerando a demora para a decisão da localização para um equipamento do porte de um aterro e uma vida útil prevista de 16 a 20 anos, quando devem ser iniciados os estudos para a localização de um novo aterro, respeitando o interesse coletivo?

Diniz reporta-se ao conceito de governança, significando a “capacidade de tomar e executar decisões, garantindo o seu efetivo acatamento pelos segmentos afetados, contribuindo dessa forma para assegurar sua continuidade no tempo” (1997:17). Por quanto tempo a empresa poderá continuar operando com a oposição da comunidade e do Ministério Público? Cabe observar que a empresa privada, operando um serviço público, pode ser responsabilizada pelas conseqüências da referida operação. Neste contexto, considerando que grande parte dos problemas tem origem na localização, que papel a empresa pode assumir na escolha de um local para um novo aterro? Será que a empresa reúne melhores condições para analisar a execução dos seus serviços levando em conta a interação de forças dos diversos atores envolvidos na questão em prol de um bem comum?

Observa-se na comunidade a disposição de “transformar o limão em limonada”, ou seja, aliar-se à empresa para transformar a convivência conflituosa com o AMC e, eventualmente, por conta dos impactos ambientais inevitáveis na região, ajudar a acelerar os estudos para a localização de um novo equipamento, abreviando a vida útil do aterro em operação. Nesse sentido, adotam, como reflexão, a idéia de que “[...] na presente fase da economia e dos

sistemas sócio-políticos, há uma recuperação do sentido mais abrangente da ação empresarial, isto é, a atividade econômica não é mais entendida como primordialmente direcionada para a produção e acumulação; ela é, também, dotada de uma dimensão social alienável do sentido que ela adquire com o desenvolvimento histórico das sociedades” (Baiardi e Laniado, 2002:314)

A questão do *local governance* assume crescente complexidade na medida em que admite a criação de espaços de negociação, introduzidos por novos arranjos institucionais. “[...] novas e sofisticadas relações entre atores públicos e privados” (Fadul, 1999:76). Emergem, neste contexto, tanto a comunidade como a empresa podendo assumir um papel de destaque, permitindo a condução de soluções coletivas na direção almejada. Quanto ao pesquisador, cabe-lhe preservar a memória, ainda que parcialmente, e estimular a promoção do debate sobre essas questões complexas. Acredita-se que o estudo do caso do Aterro Metropolitano Centro merece ser estudado e discutido com maior propriedade, em diversas instâncias.

## **FONTES DE REFERÊNCIA**

BAIARDI, A. e LANIADO, R. A Ação Social Extra Firma do Empresariado Baiano, in Fischer, Tânia (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador-BA: Casa da Qualidade, 2002, p. 314 a 330.

BRESSER PEREIRA, L.C. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil, in **Revista do Serviço Público**, ano 49, nº 1, Jan-Mar 1998, p.5-42.

DINIZ, E. Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: um Balanço da Literatura Recente, in **Revista Brasileira de Informação de Ciências Sociais**, nº 45, 1º semestre de 1998.

FADUL, E.M.C. Reforma do Estado e serviços públicos: transformação de um modelo ou adaptação a uma nova ordem social?, in **Revista de Administração**, São Paulo v.34, nº 1, p.70-78, Jan-Mar 1999.

FISCHER, Tânia (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador-BA: Casa da Qualidade, 2002. 344p.

VILLASANTE, T. R. Processos para a Criatividade Social, in Fischer, Tânia (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador-BA: Casa da Qualidade, 2002, p. 137 a 156.

## **DOCUMENTOS ESPECÍFICOS COLETADOS JUNTO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES:**

Atas de reunião: nº 03/92 [s.d.], [s.d.] referindo-se à próxima reunião em 08.02.

Avaliação da Proposta de Instalação do Aterro Metropolitano Centro na Área IV – Norte, datado de abril 92, com revisões em abril e junho do mesmo ano.

Balancetes dos meses de fevereiro e março de 1992.  
Carta ao Governador datada de 19 de fevereiro de 1992.  
Carta ao Governador datada de 05 de agosto de 1996.  
Carta à Revista VEJA de 25 de junho de 1996 sobre a matéria “Uma dúvida que paira no ar”, publicada na ed. 1450, ano 29 nº 26.  
Carta à Gal Costa, sobre a mesma matéria.  
Carta circular à Infraero, companhias aéreas e ABAV divulgando o conteúdo da carta à revista VEJA.  
Corrente telefônica entre associados  
“Clipping” de recortes de jornais: A TARDE, 24.02.1992, 18.09.1999 e outros s/d; TRIBUNA DA BAHIA, 20.10.1999 e BAHIA HOJE, 3.8.1996.  
Estatuto da Associação Comunitária dos Moradores do Parque da Carobeira.  
Informe da Associação de Moradores da Carobeira. Nº 1, 20 a 26 de janeiro de 1992.  
Mapa de definição do polígono do aterro.  
“Preservar Villas do Atlântico e Encontro das Águas”. Prospecto emitido conjuntamente pela Associação dos Moradores de Villas do Atlântico e Associação dos Moradores e Amigos do Parque de Ipitanga.  
Programa de evento. Integração Econômica dos Valores Ambientais em Empreendimentos Imobiliários e de Uso do Solo. Promovido conjuntamente pela ADEMI-BA e o CRA em 21.05.  
Programa de evento. I Congresso Baiano de Meio Ambiente, de 06 a 12 de outubro de 1996.  
Ofício nº 90 do Segundo Comando Aéreo Regional de 06 de agosto de 1992, aprovando a localização do aterro, afastado 5,9 km em relação ao centro geométrico da pista de pouso 17/35 do Aeroporto Dois de Julho.  
RochaOliveira. Vol. 01 – Estudos Preliminares, Etapa III, Projeto Executivo. Projeto Metropolitano de Salvador. Aterro Metropolitano Centro. Documentação de 24 de setembro de 1993.